

Brasil Império



Brasil Império

A independência do Brasil, declarada em 7 de setembro de 1822 pelo príncipe regente português, foi fortemente conservadora. Apoiado pela elites, D. Pedro I assumiu o poder se tornando o primeiro imperador do Brasil, visando manter a unidade territorial. Nesse sentido, a independência da América Portuguesa se diferenciou da América Espanhola, caracterizada pela fragmentação territorial e a formação de repúblicas.

O Primeiro Reinado foi caracterizado pelo autoritarismo de D. Pedro I. A começar pela primeira constituição brasileira, a constituição de 1824, que foi outorgada pelo imperador e lhe conferiu “poderes absolutos” por meio do poder moderador. A intrasigência de D. Pedro I, atrelada a crises econômicas, impulsionaram a renúncia do imperador em 1831, marcando o fim do Primeiro Reinado e o início do Período Regencial.

Após a renúncia de D. Pedro I, seu filho Pedro da Alcântara não pôde assumir por ter apenas cinco anos. Por esse motivo foi instituído um governo regencial. É possível entender a Regência a partir de duas fases: o avanço liberal (quando os liberais assumiram o poder criando medidas que se opuseram ao centralismo do Primeiro Reinado, com o Ato Adicional de 1834) e o regresso conservador (que retificou as principais medidas dos liberais).

O regresso conservador foi justificado pelas inúmeras revoltas que eclodiram ao longo do território brasileiro durante o período regencial, como a Farroupilha, a Sabinada, a Cabanagem, a Balaiada e Malês. No entanto, os liberais ficaram insatisfeitos com a ascensão dos conservadores, o que resultou no golpe da maioria, quando apoiaram a posse de Pedro de Alcântara com apenas 14 anos, dando início ao Segundo Reinado.

O governo de D. Pedro II é conhecido como um dos mais estáveis da História do Brasil. Durou de 1840 até 1889, com a proclamação da República. D. Pedro II adotou uma política de conciliação entre liberais e conservadores por meio do Parlamentarismo às avessas. Durante o seu governo a principal atividade econômica era a cafeeira, que teve sua primeira fase no Vale do Paraíba e a segunda, no Oeste Paulista.

A Guerra do Paraguai foi um divisor de águas e marcou o início da crise do Segundo Reinado. Os militares que lutaram na guerra retornaram com o moral alto e influenciados por ideias positivistas e começaram a questionar o governo. Além disso, tensões entre o imperador e bispos do Pará e de Olinda culminaram na perda do apoio da Igreja Católica

ao Império. Outro pilar do Segundo Reinado foi quebrado quando, após a promulgação de diversas leis abolicionistas e o fim definitivo da escravidão, o imperador perdeu apoio dos cafeicultores. A crise militar, religiosa e abolicionista resultaram no fim do Segundo Reinado e no início do período republicano brasileiro.

1. O processo de independência política do Brasil garantiu o rompimento das antigas estruturas econômico-sociais do período colonial? Justifique.
2. A Carta outorgada de 1824 estabeleceria um sistema eleitoral que, na sua essência, marginalizava da vida política a maioria da população brasileira. Como funcionava aquele sistema eleitoral?
- 3.

Bandeira da Confederação do Equador



www.historiaabrasileira.com

O poder moderador de nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. É princípio conhecido pelas Luzes do presente século que a soberania reside na nação essencialmente, logo é sem questão que a mesma nação ou pessoa da comissão é quem deve esboçar a sua constituição, purificá-la das imperfeições e afinal estatuí-la.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca
Crítica da constituição outorgada, 1824

Adaptado de JUNQUEIRA, Celina (org). *Ensaios políticos*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

A Confederação do Equador, ocorrida em 1824, apresentou propostas alternativas à organização do Império do Brasil, sendo porém reprimidas pelo governo de Pedro I.

Explicite o motivo central para a eclosão da Confederação do Equador e cite duas de suas propostas para a organização do poder de Estado.

4. Explique o processo político que resultou na abdicação de D. Pedro I em 1831.
5. Em agosto de 1831, Feijó cria a Guarda Nacional. Qual o papel dessa instituição militar no Período Regencial e no Segundo Reinado?

Gabarito

1. Não, a independência do Brasil pode ser considerada conservadora, pois manteve as estruturas socioeconômicas como a manutenção da escravidão.
2. A Constituição de 1824 definia que o voto seria censitário, ou seja, baseado na renda. Dessa forma, apenas uma minoria poderia participar do processo eleitoral.
3. A emancipação política do Império do Brasil, decretada em 1822, ocasionou debates e confrontos entre projetos diferenciados acerca da organização do poder de Estado, ao longo dos trabalhos da Assembleia Constituinte. O fechamento da Assembleia pelo Imperador D. Pedro I, em finais de 1823, e a outorga do texto constitucional em 1824, suscitaram novas tensões entre o poder central e grupos regionais, descontentes com o caráter centralizador da carta outorgada. Em províncias do norte, lideranças adeptas do fortalecimento dos governos provinciais rebelaram-se contra o governo de D. Pedro I e apresentaram as seguintes propostas alternativas: criação de uma confederação republicana autônoma, organização federativa, estabelecimento de três poderes de Estado e defesa da soberania nacional em detrimento da soberania monárquica. Frei Caneca, uma das principais lideranças da Confederação do Equador, destacou-se pela denúncia do caráter opressor da Poder Moderador, quarto poder instituído pela carta outorgada em 1824 e exclusivo do Imperador.
(Fonte: Revista vestibular UERJ)
4. D. Pedro I implementou uma política fortemente autoritária, caracterizada pelo poder moderador. Além disso, sua atuação em guerras como a da Cisplatina e na crise de sucessão de dinástica de Portugal fizeram com que aumentasse a crise econômica e política de seu governo.
5. A Guarda Nacional foi criada em um período em que não havia um exército nacional consolidado. Nesse sentido, foi composta por grandes latifundiários, chamado de coronéis, e foi utilizada em grande parte para garantir os privilégios da elite.